

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.059 - MG (2019/0167824-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : RODRIGUES GUEDES DA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **RODRIGUES GUEDES DA CRUZ** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Na origem, constata-se a prisão em flagrante do recorrente, custódia convertida em preventiva, pela prática, em tese, dos crimes dos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006, 244-B da Lei n. 8.069/1990 e 333 do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, foi a ordem denegada, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS"- TRÁFICO DE DROGAS; CORRUPÇÃO DE MENORES E CORRUPÇÃO ATIVA - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 312 E 313 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS - POSSÍVEL REITERAÇÃO CRIMINOSA - DECISÃO FUNDAMENTADA - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - NÃO CABIMENTO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIENTES PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - INOCORRÊNCIA - ORDEM DENEGADA. Presentes os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, a manutenção da segregação cautelar do paciente é medida que se impõe. A gravidade concreta dos delitos em tese praticados pelo paciente, demonstrada pela quantidade e variedade de substâncias entorpecentes apreendidas, bem como pelo fato de o investigado ter oferecido uma quantia em dinheiro aos policiais para ser liberado, evidencia a periculosidade do agente, justificando a manutenção de sua custódia cautelar como forma de garantia da ordem pública. - A possibilidade de reiteração criminosa constitui motivo idôneo para a manutenção da prisão preventiva do paciente. - Se a decisão "a quo" estiver calcada em elementos concretos do caso, incabível é a alegação de ausência de fundamentação. - Após a entrada em vigor da Lei n. 12.403/11, a prisão preventiva tornou-se exceção no ordenamento.

Contudo, diante da gravidade concreta dos delitos e da possibilidade de reiteração delitiva, incabível promover a substituição da custódia provisória por medidas cautelares, previstas no art. 319 do CPP. - A presença de condições pessoais favoráveis ao paciente não autoriza, por si só, a concessão da liberdade provisória. - O princípio da

presunção de inocência não impede que medidas sejam aplicadas ao reu, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que sejam de cunho cautelar, necessárias e provisórias".

No presente recurso, a defesa sustenta constrangimento ilegal diante da ausência dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso, a fim de que seja concedida a ordem e revogada a prisão preventiva e, subsidiariamente, aplicado o art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefinio** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 0024.19.037.367-0, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, com urgência.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator